

A DISPUTA PELAS ÁGUAS DO TIETÊ EM SALTO¹

Anicleide Zequini

RESUMO

A construção de barragens e canais de derivação, para controlar a inconstância do Rio Tietê, foi a prática adotada pelas fábricas instaladas às suas margens, o que gerou muitos processos judiciais sobre a posse e utilização das águas. A principal disputa foi entre Francisco Fernando de Barros Jr. e José Galvão de França Pacheco Jr., dois industriais de destaque na história de Itu

PALAVRAS-CHAVE: RIO TIETÊ; DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL; ITU-SP; SALTO-SP

A cidade de Salto, em São Paulo, a partir de 1875, passou a conviver com a presença de empreendimentos fabris instalados ao longo das margens do Rio Tietê, a jusante da cachoeira que dá o nome à cidade. A seu aspecto pitoresco pela presença do salto -- que atraiu durante o século XIX diversos viajantes, como os franceses Hércules Florence e Auguste de Saint-Hilaire e o escritor luso-brasileiro Augusto Emílio Zaluar -- associou-se à presença de indústrias durante a segunda metade daquele século, caracterizando um local tipicamente relacionado ao trabalho fabril. A construção da primeira fábrica de tecidos, pertencente a José Galvão de França Pacheco Jr. (1834 – 1889), iniciou um novo momento para a localidade.

José Galvão, filho de uma rica família ituana de produtores de cana e proprietários de engenho, iniciou sua trajetória profissional no comércio mais rendoso da época: o algodão. Por volta de 1868, comprava algodão já descaroçado e enfardado diretamente dos fazendeiros de Itu e o revendia, agindo como intermediário entre produtores e consumidores representados pelas fábricas de tecidos existentes em outras províncias ou mesmo na Inglaterra.

A extensão dos negócios parece ter dado a Galvão a experiência e o conhecimento necessários para que ele apostasse na execução de um empreendimento maior: a fábrica de tecidos. O comércio de algodão e a estrutura proporcionada por esta

¹ Artigo publicado In MEMÓRIA E ENERGIA. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, n. 27. 2000, 96 p.

cultura e pelo café, como a presença de importadores de máquinas e de um saber tecnológico, fizeram com que ele conhecesse este negócio desde seus alicerces.

A partir de 1874, Galvão passa a investir em alguns terrenos e casas em Salto, iniciando a transferência de seu capital de Itu para aquele local. O mais importante dos seus investimentos foi a construção e inauguração, em 1875, da primeira fábrica de tecidos em Salto, junto à cachoeira do rio Tietê. “*Arrogante e Orgulhoso, um belo fruto do trabalho humano*”²; assim o jornal republicano *O Ytuano* referiu-se ao edifício por ele construído.

A fábrica de tecidos que Galvão construiu na margem direita do Rio Tietê era um projeto mais audacioso que a congênere São Luiz, instalada em Itu no ano de 1869³. O aproveitamento da queda existente em Salto, como fonte de energia necessária à movimentação da maquinaria, não representou nenhuma alternativa nova de utilização de energia. Ao contrário, retoma uma opção bastante difundida nos primeiros centros fabris da Inglaterra, como Oldham e Manchester. O emprego da água como força motriz para as primeiras indústrias do algodão na Inglaterra era tão fundamental que só tornava possível abrir uma fábrica às margens de um curso d’água bastante forte e rápido para movimentar as máquinas. Por isso, as fiações não se instalavam, a princípio, nas cidades de planície, mas nas proximidades dos morros, nos vales profundos, onde era fácil construir quedas artificiais por meio de barragens.

Em Salto isto não foi necessário, pois a própria natureza já se havia encarregado de oferecer este elemento necessário à viabilização do audacioso projeto de José Galvão. Apesar de a máquina a vapor, também conhecida como máquina de fogo, ter substituído em todos os lugares o motor hidráulico⁴, e mesmo a fábrica São Luiz já o haver utilizado com sucesso, em Salto numerosos outros empreendimentos que vieram depois da fábrica de José Galvão favoreceram-se da força das águas. Isto era tão fundamental que o surgimento das primeiras fábricas têxteis em São Paulo, ao redor de Sorocaba, Salto e Tatuí, estava determinado pelo fato de serem localidades abastecidas de algodão e força hidráulica, servidas por linhas férreas.

As dificuldades técnicas para vencer a inconstância do Tietê -- cheias e estiagens -- foram superadas por José Galvão com a construção de barragens e canais de derivação. Prática seguida por outras fábricas ali instaladas, a de Francisco Fernando de

²A fábrica de tecidos no Salto. *O Ytuano*. Itu, 24.jan.1875.

³SAIA, Helena. *Arquitetura e indústria: fábricas de tecidos de algodão em São Paulo 1869-1930*. Dissertação de Mestrado, FAU, USP, 1989, mimeo p. 159.

⁴ MONTOUX, Paul. *A revolução industrial no século XVIII*. São Paulo: Hucitec. 1985. p.337.

Barros Jr. (1880) e a de Antônio Melchert (1889), que geraram muitos processos judiciais sobre a posse e a utilização das águas.

Galvão fez a opção pelo mais recente aperfeiçoamento técnico então existente, a turbina hidráulica, "[...] *provando aos tímidos que a economia do tempo, do espaço e de dispêndio que a turbina produz, excede mesmo às próprias máquinas a vapor aplicadas ao movimento das fábricas*".⁵

Azevedo Marques, em um artigo sobre a fábrica Galvão no jornal *Província de São Paulo*, ressaltava a importância da iniciativa, descrevendo a turbina como

"[...] uma máquina hidráulica, composta de uma roda horizontal em forma de hélice, que gira debaixo da água, recebida em um grande cilindro de ferro, colocado verticalmente. Utilizando a maior parte da força da água: 95%. Diminui muito as engrenagens, como na do Sr. José Galvão, em que o grosso eixo de ferro adaptado verticalmente à roda horizontal imprime, por meio de uma engrenagem, o movimento a outras engrenagens que comunicam diretamente com os transmissores colocados no pavimento superior, de onde partem as correias a imprimir a seu turno o movimento às fiandeiras, caldeiras e teares".⁶

Este tipo de motor utilizado por Galvão em sua fábrica de tecidos constitui uma exceção entre as indústrias pioneiras paulistas. A novidade era tanta que provocou muitas incertezas naqueles que estavam determinados a também construir uma dessas fábricas. Guilherme Ralston, por exemplo, engenheiro da casa importadora Lidgerwood em Campinas, colocou à venda uma turbina, que ofereceu, sem sucesso, a diversos donos de fábrica, embora a tenha ofertado por preço inferior ao custo⁷.

Chegavam a Itu em 1879 Francisco Fernando de Barros Júnior (1856 – 1918) e seu irmão Fernando Paes de Barros, filhos do fazendeiro e produtor de cana Francisco Fernando de Barros. Ambos formados em Engenharia Civil pela Universidade de Siracusa, nos Estados Unidos.

Desde seu retorno, Barros Júnior dedicou-se à indústria e, principalmente, à política em Salto, onde passou a morar. Fundou jornais, gabinete de leitura, foi vereador e deputado pelo Partido Republicano Paulista – PRP, além de ter ocupado diversos cargos públicos: subdelegado de polícia, intendente, presidente da Câmara e juiz de paz.

Em 1880, iniciou a construção de um edifício onde, dois anos depois, passou a funcionar sua tecelagem -- em um primeiro momento com fios importados da Europa. Para este empreendimento, adquiriu nesse mesmo ano de 1882, por 3 contos de réis, parte de uma chácara, equipada com um pequeno canal que captava as águas do Tietê para a movimentação de pilões. A escolha deste local, logo abaixo da fábrica Galvão,

⁵ MARQUES, Azevedo. Fábricas de tecidos na província. *Província de São Paulo*, São Paulo, p. três. 31.mar. 1875.

⁶ Idem, *ibidem*.

foi determinada pela presença do rio e dos melhoramentos já existentes, principalmente o canal para a captação das águas.

O aproveitamento do rio estava também diretamente relacionado ao baixo custo de produção, que proporcionava a estes primeiros fabricantes a oportunidade de competir com tecidos provenientes da Inglaterra. Para Bernardo Mascarenhas, um dos proprietários da fábrica Cedro (1872) em Minas Gerais, a causa primordial que permitiu ao produtor nacional suportar a concorrência de tecidos estrangeiros foi o emprego da força hidráulica. A solução energética e construtiva da fábrica Barros Júnior muito se assemelhava àquela de José Galvão, sugerindo que esta poderia ter funcionado como modelo.

Com estas duas fábricas de tecidos, o lado direito do Rio Tietê em Salto ficou totalmente tomado por empreendimentos industriais, restando a ocupação da outra margem. O primeiro projeto, embora não concretizado, foi de Antonio Paes de Barros, o barão de Piracicaba, em 1873, mesmo ano em que Galvão havia encomendado as maquinarias para a sua fábrica de tecidos e, provavelmente, também iniciado sua construção. A historiadora Alice Canabrava atribuiu a existência deste projeto à importância da queda d'água na localidade:

*“Tão importante se considerava esse fator, que [se] registra, entre os projetos da época, o do Barão de Piracicaba, que pretendia construir, em terras de sua propriedade, uma ramificação de canais, com as águas do Rio Tietê, junto ao Salto de Itu, com o objetivo de arrendá-las aos industriais interessados”.*⁸

O barão, além de ter aberto o canal, pretendeu sem sucesso montar sua própria fábrica de tecidos e extração de óleos. Em 1875, sua propriedade e todas as benfeitorias já realizadas foram vendidas a uma sociedade inglesa de Manchester por 4.000 libras. O *Constitucional* de Campinas, através de uma notícia extraída do *Correio Paulistano* em 4 de fevereiro de 1875, divulgou a referida compra daquela propriedade, composta de uma casa equipada com um “*poderoso motor de água encanada do Rio Tietê*”⁹ o que foi determinante para que o comprador aceitasse a referida quantia.

Esta iniciativa infrutífera do barão acabou cedendo lugar à de William Fox, que pode organizar seu empreendimento somente em 1882, provavelmente favorecido pela Lei 3.150 daquele ano, que regulamentava a organização das sociedades anônimas. A fábrica de fiação e estamparia de chitas de Salto, empresa de William Fox, seria

⁷ Idem, ibidem.

⁸ CANABRAVA, Alice P. *O algodão em São Paulo 1861-1875*. São Paulo: T. Queiroz. 1984. p. 286

⁹ Compra Importante. *O Constitucional*, Campinas, 4 fev.1875. p. 2

constituída por ações, vendidas aos interessados, principalmente através de anúncios publicados no jornal *Imprensa Ytuana*.

Apenas em 1889 as benfeitorias executadas pelo barão de Piracicaba e por William Fox foram utilizadas, mas para a instalação de uma fábrica de papel pela Melchert & Cia.¹⁰ O projeto e a construção do edifício são atribuídos ao engenheiro Antônio Melchert, um dos principais sócios, que finalizou a construção do canal para captação da água do Tietê e construiu todo o edifício.

Situado na margem esquerda deste rio, em frente à fábrica de tecidos de Barros Júnior, Melchert constantemente disputava com este, e também com Galvão, o direito sobre o rio, já que as águas eram fundamentais para a movimentação das turbinas e para o preparo da matéria-prima utilizada na fabricação de papel.

Ações cíveis envolvendo Melchert, Barros Júnior e José Galvão, em diferentes situações, são parte integrante da série de processos do acervo do Arquivo Central da Comarca de Itu, que possibilitam o conhecimento de toda disputa e apropriação do rio pelas fábricas ali instaladas e avaliar a dimensão do posicionamento político dos proprietários. Vale ressaltar que Galvão destacou-se politicamente por ter sido monarquista, fator de muitos desentendimentos com Barros Júnior, atuante republicano e abolicionista.

A partir de 1883 estavam em andamento dois processos: um de manutenção de posse, envolvendo estes dois industriais, e outro para avaliação de terrenos no Salto, este último implicando a Câmara de Itu -- onde Barros Júnior era vereador -- e José Galvão. Em ambos os processos, a discussão ficava circunscrita a apontar aquele que teria o direito de posse sobre as águas ou terrenos. Neste caso, o “registro de posse” era dado para aqueles que pudessem provar a maior antigüidade de seu assentamento no local.

Segundo documento datado de 1884, José Galvão apresentou Protesto contra Barros Júnior, por ele estar construindo um açude que poderia “[...] *com a enchente das águas e pela proximidade que se acha da fábrica do suplicante impedir o movimento de sua turbina e por conseguinte, impossibilitar a fábrica de funcionar*”.¹¹

Baseado em questões de ordem técnica, Galvão reclamava na Justiça por perdas e danos que poderiam resultar daquela obra. Pretendia “[...] *tomar por termo o seu*

¹⁰ Sobre a papel de Salto ver: ZEQUINI, Anicleide; ANDRADE, Victor. *Papel de Salto: 110 anos de evolução e tecnologia*. Salto: Papel de Salto. 1999.

*Protesto, como ressalva de seus direitos, a fim de que em todo e qualquer tempo possa o suplicante alegar e fazer valer o direito que lhe assiste de reclamar por perdas e danos que lhe venha a causar dito açude, feito sem o seu consentimento”*¹².

No entanto, “fazer valer os seus direitos” representava não apenas reclamar contra a execução desta obra, mas também determinar quem era o proprietário daquelas águas. Galvão, por ter sido o primeiro a instalar uma fábrica de tecidos naquele local e o primeiro a fazer obras de represamento no rio, considerava-se seu legítimo proprietário. Isto se torna evidente naquela mesma petição, quando ele, ao argumentar sobre as perdas e danos que poderia sofrer, declarava que o “dito açude” fora feito “sem o seu consentimento”.

Desta forma, Galvão não esperava simplesmente fazer um acordo com Barros Júnior, o que efetivamente não aconteceu, mas que este viesse até ele pedir licença para que aquela obra fosse executada. No entanto, o argumento apresentado por Barros Júnior dava uma outra interpretação para este fato: empenhado em demonstrar a animosidade existente entre ambos, Barros Júnior procurou esclarecer que tudo aquilo não passava de uma situação criada por Galvão para prejudicá-lo. Primeiramente argumentou que o que ele estava construindo “[...] não é mais do que um pequeno entulho de pedras soltas para quebrar apenas a força da cachoeira e encanar uma pequena parte de água para o lado da fábrica de tecidos”¹³. Além disso, “já foi feito o ano passado, e durante a última enchente por ocasião das grandes chuvas em nada prejudicou a Galvão”¹⁴.

Deixando de lado a questão técnica, Barros Júnior passa então a demonstrar a divergência pessoal existente entre eles, sem entrar diretamente nas questões partidárias. Assim, no quarto e quinto item de seu Contraprotesto declarava que, pelas razões que ele havia citado, “[...] só por cúmulo de ignorância, má-fé ou quem viva em completo estado de embriaguez poderá afirmar que semelhante entulho possa em qualquer tempo ser prejudicial a quem quer que seja”¹⁵. Argumentava ainda que aquele Protesto devia-se “[...] ao ódio invulnerável que Galvão tinha contra eles”, a verdadeira razão daquele processo.¹⁶ Quatro anos depois, é Barros Júnior quem protesta contra Melchert & Cia.,

11 Protesto apresentado ao Juiz Municipal por José Galvão: *Auto Cíveis de Protesto*. 1º Ofício maço 125, ACCI-MRCI (Arquivo Central da Comarca de Itu – Museu Republicano Convenção de Itu), 1884. p. 2.

12 Idem.

13 Contraprotesto apresentado por Barros Júnior ao Juiz Municipal. op. cit. 1888. p. 4. v. 4.

14 Idem p. 5

15 Idem

16 Idem. Neste processo Galvão acaba sendo intimado sobre os termos do Contraprotesto apresentado por Barros Júnior. O que sugere que ele supostamente teve alguma continuidade ou foi simplesmente abandonado. Em 1884, Barros Júnior estava com 28 anos e Galvão com 50.

proprietários da fábrica de papel. Neste caso, houve uma tentativa de acordo entre as partes, no qual Barros Júnior dizia ser “parente e amigo” de seu adversário.

Antes mesmo da inauguração da fábrica de papel, seus proprietários procuraram executar também algumas obras no rio com o objetivo de captar suas águas. Assim, após terem aberto um canal em “rochas vivas”, romperam

*“[...] um istmo existente pouco abaixo da confluência do Jundiá, de um lado da ponte da estrada de rodagem, com capacidade tal e em tal situação, que, no tempo das secas, deverá desviar totalmente, pelo respectivo canal, todo o curso das águas do rio”.*¹⁷

Mapas antigos encontrados junto aos processos relacionados à disputa pelas águas do Tietê demonstram as muitas obras efetuadas por Barros Júnior, José Galvão e também por Melchert & Cia, caracterizando as incessantes intervenções feitas por critérios individuais. A participação da Câmara de Itu nestas disputas não pôde ser determinada devido à inexistência de uma documentação que a comprove.

Em 1888, quando Barros Júnior iniciou seu Protesto Judicial contra Melchert, já havia sido vereador em Itu e continuava traçando o seu projeto político em Salto. Como autor do projeto que objetivava a discriminação dos terrenos públicos naquele local, estendeu esta definição também ao rio. Sendo assim, reclamava

*“[...] o direito de fazer prevalecer as suas anteriores vantagens de possuir pelos interditos e ações competentes, direito e condições apoiadas na circunstância de ser o Tietê um rio público e, portanto, destinado a ser utilizado por todos os ribeirinhos segundo a prioridade dos seus estabelecimentos quando sejam de igual natureza”*¹⁸.

Para Barros Júnior a questão da prioridade estava diretamente relacionada ao tempo em que sua fábrica estava ali estabelecida. Assim, pouco se diferenciava da posição de José Galvão contra quem se batera em ação anterior pelo mesmo motivo. Melchert, ao contra-argumentar, procurou demonstrar que aquelas obras eram muito mais antigas que a de sua fábrica.

Galvão, além de ter conhecimento deste Protesto, procurou através de uma carta enviada a Melchert, apoiar as obras que ele estava construindo naquele momento. Dizia ele que *“[...] longe de acompanhar o protesto afirma categoricamente em carta escrita à Melchert, que a sua fábrica nenhum dano, absolutamente nenhum, pode trazer a derivação feita por este”*.¹⁹

¹⁷ Protesto apresentado por Barros Júnior ao juiz de direito. Protesto Judicial. 1º Of. Maço 133. ACCI-MRCI, 1888. p. 3

¹⁸ Protesto apresentado por Barros Júnior ao Juiz Municipal. Op. cit. 1888, p. 3

¹⁹ Considerações apresentadas por Melchert & Irmãos ao protesto de Barros Júnior. Op. cit. 1888 p. 10.

Esta mesma disputa atravessa o século XIX: as fábricas de Galvão e Barros Júnior são sucessivamente incorporadas por M. Buarque de Macedo & Cia. (1894-1897), José Weisshon & Cia. (1898-1904) e, em 1904, pela Società per l'Esportazione e per l'Industria Italo-Americana (1904-1919), com sede em Milão e filiais na Argentina e Chile.

Na gestão de Weisshon & Cia. ocorreram várias modificações na organização produtiva. A fábrica de Galvão passou a ser denominada Fiação Júpiter e a de Barros Júnior, Tecelagem Fortuna, recebendo cada qual uma hidrelétrica para fins industriais. Essas hidrelétricas receberam os nomes das respectivas unidades a que estavam ligadas, ou seja, Usinas Júpiter e Fortuna.²⁰

A sociedade também adquiriu a fábrica de papel de Salto e a tecelagem Enrico Dell'Acqua, de São Roque. Nessa ocasião, iniciaram-se muitas concessões de uso perpétuo de terras à beira do Rio Tietê e de algumas ilhotas para a execução de obras para o aumento da força hidráulica, concessões obtidas da Câmara local pela Italo-Americana. Estas medidas ocasionaram o desaparecimento das lavadeiras, dos pescadores e de algumas áreas de lazer. Em seu lugar, surgiram canais, açudes, a Usina das Lavras, primeira hidrelétrica do Rio Tietê, inaugurada pela Cia. Ituana em 1906 e, por último, a hidrelétrica Porto Góes, com obras iniciadas pela sucessora da Italo-Americana, a Brasital. A concessão da usina foi transferida em 1924 da Brasital para sua controlada Cia. Ituana Força e Luz, comprada em 1927 pela The São Paulo Tramway Light & Power Co.Ltd, que inaugurou Porto Góes em 1928.

A partir de 1919, a Italo-Americana transforma-se em Brasital S.A. Com importantes obras realizadas junto à cachoeira do Rio Tietê, a Brasital direcionou o crescimento urbano de Salto. Projetou e construiu vilas operárias, armazém e creche. Estendendo seu domínio também sobre a cidade e seus moradores, transformou Salto em uma cidade tipicamente fabril, onde a manufatura de fios e tecidos e a fabricação de papel permaneceram durante mais de um século a principal atividade daquela população.

ANICLEIDE ZEQUINI é Mestre em História Social do Trabalho e especialista em documentação arquivística do Museu Republicano Convenção de Itu, extensão do Museu Paulista da USP.

²⁰ A indústria na Vila do Salto. *A Cidade de Itu*, 7 de junho de 1903, p. 2.

BIBLIOGRAFIA

A fábrica de tecidos no Salto. *O Ytuano*. Itu, 24.jan.1875.

CANABRAVA, Alice P. *O algodão em São Paulo 1861-1875*. São Paulo: T. Queiroz. 1984.

Compra Importante. *O Constitucional*, Campinas, 4 fev.1875.

MONTOUX, Paul. *A revolução industrial no século XVIII*. São Paulo: Hucitec. 1985.

MARQUES, Azevedo. Fábricas de tecidos na província. *Província de São Paulo*, São Paulo, p. três. 31.mar. 1875.

Protesto apresentado ao Juiz Municipal por José Galvão: *Auto Cíveis de Protesto*. 1º Ofício maço 125, ACCI-MRCI (Arquivo Central da Comarca de Itu – Museu Republicano Convenção de Itu), 1884.

SAIA, Helena. *Arquitetura e indústria: fábricas de tecidos de algodão em São Paulo 1869-1930*. Dissertação de Mestrado, FAU, USP, 1989, mimeo.

ZEQUINI, Anicleide; ANDRADE, Victor. *Papel de Salto: 110 anos de evolução e tecnologia*. Salto: Papel de Salto. 1999.